

CADERNO DE QUESTÕES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO PARA AS FUNÇÕES DE CONCILIADOR
E DE JUIZ LEIGO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL N.º 01/2012 - CONCILIADOR E JUIZ LEIGO

JUIZ LEIGO

Nome do Candidato: _____

Inscrição n.º: _____ - _____





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **30** (trinta) questões objetivas, assim distribuídas: questões **01** a **10**, valendo 0,25 ponto cada, e questões **11** a **30**, valendo 0,125 ponto cada; e de **uma** (01) redação, valendo 5,0 pontos.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de escrita grossa, na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 4 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas na FOLHA DE RESPOSTAS a partir do número **31** serão desconsideradas.
- 5 Os candidatos que comparecerem para realizar a Prova **não deverão** portar armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares, *pen-drives* ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auriculares, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, os olhos e os ouvidos. Aparelhos auditivos serão permitidos, desde que previamente autorizados pela Comissão, conforme disposto no subitem 3.5.3. Os relógios de pulso são permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova. (conforme subitem 6.1.12 do Edital de Abertura)
- 6 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO ao Fiscal da sala.
- 7 A duração da prova é de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS das questões objetivas e à transcrição da redação na FOLHA DE REDAÇÃO. Ao final desse prazo, ambas as folhas serão **imediatamente** recolhidas.
- 8 O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **1 (uma) hora após o seu início e não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova 2 (duas) horas após o início.** (conforme subitem 6.1.15 do Edital de Abertura)
- 9 O candidato que se retirar da sala de prova, ao concluí-la, **não poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova.** (conforme subitem 6.1.16 do Edital de Abertura)
- 10 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa prova!

- 01.** Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país
- (A) 30 (trinta) dias depois de publicada.
 - (B) 45 (quarenta e cinco) dias depois de publicada.
 - (C) 60 (sessenta) dias depois de publicada.
 - (D) 90 (noventa) dias depois de publicada.
 - (E) 180 (cento e oitenta) dias depois de publicada.
- 02.** É hipótese de nulidade absoluta do negócio jurídico
- (A) o erro substancial.
 - (B) o dolo.
 - (C) a lesão.
 - (D) a simulação.
 - (E) a fraude contra credores.
- 03.** Assinale a alternativa que menciona apenas pessoas jurídicas de direito privado.
- (A) Organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - (B) Autarquias, sociedades e associações.
 - (C) Partidos políticos, autarquias e sociedades.
 - (D) Municípios, sociedades e empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - (E) Autarquias, municípios e fundações.
- 04.** A obrigação na qual o credor tem o direito a exigir e receber a dívida comum, parcial ou totalmente, de um ou de alguns dos devedores, tem como elemento a
- (A) solidariedade ativa.
 - (B) subsidiariedade.
 - (C) propriedade condominial.
 - (D) solidariedade passiva.
 - (E) indivisibilidade ativa.
- 05.** Em se tratando de responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.
- (A) Os empresários individuais, diferentemente das empresas, respondem pelos danos causados pelos produtos postos em circulação apenas quando houverem agido com culpa.
 - (B) O incapaz não responde, em nenhuma hipótese, pelos prejuízos que causar.
 - (C) O valor da indenização, na reparação de ato ilícito, pode ser inferior ao valor do dano.
 - (D) A responsabilidade civil depende da responsabilidade criminal.
 - (E) A obrigação de reparar o dano causado pela prática de ato ilícito tem natureza personalíssima, e não se transmite com a herança.
- 06.** Como um dos efeitos da posse, o possuidor de má-fé tem direito
- (A) ao ressarcimento pelas benfeitorias voluptuárias que realizou.
 - (B) à retenção do bem até que seja ressarcido pelas benfeitorias úteis que realizou.
 - (C) aos frutos percipiendos.
 - (D) aos frutos percebidos.
 - (E) ao ressarcimento pelas benfeitorias necessárias que realizou.
- 07.** Assinale a alternativa correta a respeito das causas de suspeição e impedimento do Juiz.
- (A) O fato de o Juiz ser empregador de uma das partes acarreta o seu impedimento para atuar no processo.
 - (B) Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade quando alguma das partes for credora de parente do Juiz, na linha colateral até o terceiro grau.
 - (C) Não constitui causa de suspeição a circunstância de o Juiz ter recebido dádivas da parte antes de iniciado o processo.
 - (D) O Código de Processo Civil admite que o Juiz se declare impedido por motivo de foro íntimo.
 - (E) Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade quando o Juiz for amigo íntimo ou inimigo capital do advogado de qualquer das partes.
- 08.** Assinale a alternativa correta a respeito das modalidades de extinção do processo.
- (A) O reconhecimento, por parte do Juiz, da decadência ou da prescrição acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.
 - (B) Extingue-se o processo com resolução de mérito quando ocorrer a confusão entre autor e réu.
 - (C) A manifesta ilegitimidade da parte acarreta a inépcia da petição inicial.
 - (D) Quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, haverá extinção do processo com resolução de mérito.
 - (E) O Juiz poderá extinguir, de ofício, o processo quando verificar a existência de convenção de arbitragem celebrada pelas partes.

09. Assinale a alternativa correta a respeito da formação do processo.

- (A) É possível a alteração do pedido ou da causa de pedir após o saneamento do processo, desde que a proposta de alteração seja submetida previamente ao contraditório.
- (B) A propositura da ação constitui em mora o devedor, independentemente da citação do réu.
- (C) Nas comarcas dotadas de mais de uma vara, considera-se proposta a ação no momento em que for despachada pelo Juiz.
- (D) O processo civil começa e se desenvolve por iniciativa da parte.
- (E) Feita a citação, o autor somente poderá modificar o pedido ou a causa de pedir com o consentimento do réu.

10. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes do Juiz no processo civil.

- (A) É vedado ao Juiz determinar a produção de provas de ofício.
- (B) O Juiz não poderá determinar a acareação de alguma testemunha com a parte, quando divergirem suas afirmações sobre fato determinado que possa influir na decisão da causa.
- (C) O Juiz poderá determinar, de ofício, a inquirição da testemunha referida nas declarações da parte.
- (D) A inspeção judicial somente pode ser determinada a requerimento da parte.
- (E) É vedado ao Juiz determinar, de ofício, a realização de nova perícia.

11. Assinale a alternativa correta a respeito da tutela das obrigações de entregar coisa, fazer e não fazer.

- (A) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa móvel, é cabível a fixação de multa coercitiva.
- (B) A imposição de multa diária, enquanto meio de coerção previsto para a tutela específica da obrigação de fazer e não fazer, depende de requerimento da parte autora.
- (C) A multa coercitiva, nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigações de fazer e não fazer, somente poderá ser imposta na sentença.
- (D) É vedado ao autor requerer a conversão da obrigação de fazer ou não fazer em obrigação de indenizar por perdas e danos.
- (E) O Juiz não poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa coercitiva, devendo aguardar a iniciativa da parte interessada.

12. Assinale a alternativa correta a respeito das medidas cautelares.

- (A) Descabe o sequestro dos frutos do imóvel reivindicando.
- (B) O depositário do bem sequestrado poderá ser pessoa indicada, de comum acordo, pelas partes.
- (C) Julgada procedente a ação principal, o sequestro se resolve na penhora dos bens sequestrados.
- (D) Não se equipara à prova literal da dívida líquida e certa a sentença ilíquida ainda pendente de recurso.
- (E) A sentença proferida no processo de arresto, reconhecendo a prescrição da pretensão condenatória, não faz coisa julgada na ação principal.

13. Assinale a alternativa correta acerca da sentença judicial.

- (A) Publicada a sentença, o Juiz poderá alterá-la, de ofício, para corrigir injustiças flagrantes, desde que as partes ainda não tenham sido intimadas a respeito dela.
- (B) Quando o Juiz tiver de apreciar relação jurídica condicional, admite-se que a sentença também seja condicional.
- (C) Mesmo que o autor tenha formulado pedido certo, é admissível que o Juiz profira sentença ilíquida, apurando-se a quantia devida quando da liquidação.
- (D) Nos casos de extinção do processo sem resolução de mérito, o Juiz decidirá de forma concisa.
- (E) A sentença que condenar o réu a emitir declaração de vontade deverá, necessariamente, impor o pagamento de multa diária a fim de compeli-lo a cumprir voluntariamente a obrigação.

14. No que se refere ao Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do fornecedor.
- (B) Salvo hipótese de solicitação pelo consumidor, a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser a ele comunicada por escrito.
- (C) Equiparam-se aos consumidores todas as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais.
- (D) A cláusula que estabelece a inversão do ônus da prova em desfavor do consumidor só é admitida em contratos aleatórios.
- (E) É direito básico do consumidor a prestação adequada e eficaz dos serviços públicos.

15. No que se refere ao Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Ainda que não tenha adquirido o produto, aquele que somente utilizou o objeto da relação jurídica de consumo também será considerado consumidor padrão, conforme previsto no *caput* do art. 2º.
- (B) Os entes despersonalizados também podem ser considerados fornecedores.
- (C) O comerciante é responsável pelo fato do produto quando não houver identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador, ou, ainda, quando não conservar adequadamente produto perecível.
- (D) O direito de arrependimento, que permite a desistência da compra em sete dias, é aplicável unicamente às relações cuja contratação tenha se dado fora do estabelecimento comercial.
- (E) Conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, mesmo que o consumidor tenha inscrições anteriores legítimas, em caso de anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral.

16. Assinale a afirmativa correta quanto à vulnerabilidade do consumidor.

- (A) A vulnerabilidade jurídica, também chamada de científica, é a que diz respeito à falta de conhecimentos específicos do consumidor quanto ao produto ou serviço que está adquirindo.
- (B) Segundo o Código de Defesa do Consumidor, todo consumidor vulnerável é hipossuficiente.
- (C) Somente será vulnerável o consumidor assim considerado pelo Juiz durante a instrução processual.
- (D) Todo consumidor, de regra, é considerado vulnerável presumidamente, independentemente de suas condições pessoais, não se admitindo prova em contrário.
- (E) O princípio da vulnerabilidade não se aplica quando se tratar de fornecedor profissional liberal.

17. Quando o produto de venda autorizada for potencialmente nocivo à saúde, o fornecedor deverá

- (A) deixar de comercializá-lo, uma vez que não se admite sua inserção no mercado de consumo.
- (B) informar os riscos aos consumidores.
- (C) promover o chamado *recall* a fim de sanar a periculosidade exagerada.
- (D) promover a adequação do produto antes de sua colocação no mercado.
- (E) comunicar a autoridade sanitária no prazo de 30 (trinta) dias.

18. Assinale a alternativa correta no que tange à proteção do consumidor.

- (A) Embora não haja previsão expressa no Código de Defesa do Consumidor, a desconsideração da personalidade jurídica poderá ser aplicada em caso de abuso do fornecedor.
- (B) No Código de Defesa do Consumidor, são requisitos para a revisão dos contratos por onerosidade excessiva: a imprevisibilidade do evento alterador das circunstâncias e a vantagem exagerada para o fornecedor.
- (C) O fornecedor tem trinta dias para sanar vício do produto, a contar da reclamação do consumidor, ficando suspenso o prazo decadencial nesse período.
- (D) A chamada venda casada é a prática abusiva que se caracteriza pela exigência de que o consumidor adquira o mesmo produto ou serviço em quantidade maior ou menor do que ele necessita.
- (E) Toda cobrança indevida imposta ao consumidor implica repetição em dobro do que foi cobrado em excesso.

19. Assinale a afirmação correta quanto à publicidade, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

- (A) Na publicidade, a inversão do ônus probatório se dá *ope legis*.
- (B) A publicidade enganosa supõe ato comissivo do fornecedor.
- (C) A publicidade abusiva, vedada pela legislação brasileira, é a que induz o consumidor em erro.
- (D) A publicidade ofensiva a valores éticos da sociedade será considerada enganosa.
- (E) A imposição de contrapropaganda é sanção de aplicação exclusiva do Poder Judiciário, não podendo ser determinada administrativamente pelo Procon.

20. Após ingerir alguns biscoitos, um consumidor sentiu-se mal, constatando, pela avaliação dos biscoitos remanescentes, que estes apresentavam sinais de deterioração, apesar de o produto ainda estar no prazo de validade. Dirigiu-se, então, a um pronto socorro, onde foi diagnosticada intoxicação alimentar. Sobre o caso, é possível afirmar que se trata de

- (A) vício do produto, tendo o consumidor o prazo decadencial de trinta dias para reclamar a reparação.
- (B) vício do produto, tendo o consumidor o prazo decadencial de noventa dias para reclamar a reparação.
- (C) fato do produto, tendo o consumidor o prazo decadencial de trinta dias para reclamar a reparação.
- (D) fato do produto, tendo o consumidor o prazo prescricional de cinco anos para reclamar a reparação.
- (E) vício do produto, tendo o consumidor o prazo prescricional de cinco anos para reclamar a reparação.

21. Conforme a Lei Federal n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de

- (A) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.
- (B) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- (C) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.
- (D) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.
- (E) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, quando possível.

22. Conforme a Resolução n.º 905/2012-COMAG, considere as seguintes afirmações.

- I - Cabe ao conciliador, nos Juizados Especiais Cível e Criminal, sob supervisão do Juiz, conduzir a audiência de conciliação.
- II - Os Juízes Leigos e os Conciliadores serão designados pelo Juiz Presidente do Juizado Especial para exercerem suas funções pelo prazo de cinco anos, vedada a recondução.
- III- O Conciliador Cível e da Fazenda Pública receberão pela realização de acordo em audiência, e o Conciliador Criminal receberá pela realização da audiência.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

23. Considere os princípios abaixo, aplicáveis à atuação de Conciliadores e Mediadores Judiciais.

- I - Confidencialidade – Dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.
- II - Imparcialidade – Dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente, salvo de pequeno valor.
- III- Neutralidade – Dever de manter equidistância das partes, respeitando seus pontos de vista, com atribuição de igual valor a cada uma delas.

Quais estão de acordo com o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, Anexo III da Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

24. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/1995.

- I - O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- II - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- III- O Ministério Público não intervirá nos processos do Juizado Especial.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

25. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - Havendo pedidos contrapostos, será dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.
- II - O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido escrito à Secretaria do Juizado.
- III- Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) I, II e III.

26. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou pelo Juiz leigo.
- II - Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.
- III- O árbitro será escolhido dentre os Juízes togados.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

27. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar e as relativas a acidentes de trabalho, dentre outras.
- II - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, independentemente do valor da causa.
- III- Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferencialmente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

28. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- II - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.
- III- A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

29. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- II - Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de vinte dias.
- III- A opção pelo procedimento previsto na Lei Federal n.º 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido nessa Lei.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

30. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - A citação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.
- II - A citação far-se-á, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.
- III- Sendo necessária, a citação far-se-á por oficial de justiça, na forma determinada pelo Código de Processo Civil.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

REDAÇÃO

INSTRUÇÃO

Escreva uma dissertação com base no tema abaixo.

Na avaliação, serão considerados estrutura e conteúdo do texto, correção de linguagem e clareza de exposição.

Sua redação deverá ter, no mínimo, 35 linhas e, no máximo, 70 linhas (incluindo o título). Nas folhas a seguir, você encontrará espaço para o rascunho. A versão final do texto deverá ser escrita a caneta, na folha própria para a redação, com letra legível, de tamanho regular.

TEMA: O diálogo como caminho para a conciliação.

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

- 01. _____
- 02. _____
- 03. _____
- 04. _____
- 05. _____
- 06. _____
- 07. _____
- 08. _____
- 09. _____
- 10. _____
- 11. _____
- 12. _____
- 13. _____
- 14. _____
- 15. _____
- 16. _____
- 17. _____
- 18. _____
- 19. _____
- 20. _____
- 21. _____
- 22. _____
- 23. _____
- 24. _____
- 25. _____
- 26. _____
- 27. _____
- 28. _____
- 29. _____
- 30. _____
- 31. _____
- 32. _____
- 33. _____
- 34. _____
- 35. _____

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO



RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

- 36. _____
- 37. _____
- 38. _____
- 39. _____
- 40. _____
- 41. _____
- 42. _____
- 43. _____
- 44. _____
- 45. _____
- 46. _____
- 47. _____
- 48. _____
- 49. _____
- 50. _____
- 51. _____
- 52. _____
- 53. _____
- 54. _____
- 55. _____
- 56. _____
- 57. _____
- 58. _____
- 59. _____
- 60. _____
- 61. _____
- 62. _____
- 63. _____
- 64. _____
- 65. _____
- 66. _____
- 67. _____
- 68. _____
- 69. _____
- 70. _____

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

